

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

Edição nº 476

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletim	2
Editais	3
Avisos	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios	3
Avisos de licitações	3
Editais	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	4
----------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Editais	12
---------------	----



PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2010

Dispõe sobre o uso do logotipo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a criação do logotipo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO a conveniência de sua utilização uniforme no âmbito da Instituição;

CONSIDERANDO a consolidação do conjunto de normas disciplinando a correta aplicação dos padrões de comunicação visual da Instituição na forma do Manual da Identidade Visual do Ministério Público do Rio Grande do Sul,

RESOLVE editar a seguinte Ordem de Serviço:

Art. 1º Institui a utilização, no âmbito do Ministério Público, dos logotipos constantes nos Anexos I e II, a fim de padronizar a identificação dos documentos oficiais da Instituição, destacadamente os Projetos Institucionais de alcance social e documentos de articulação interinstitucional.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicidade.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,
Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

ANEXO I



ANEXO II



BOLETIM Nº 310/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CLASSIFICAR

- com base no artigo 4º da Lei nº 13.208/2009 e consoante manifestação do Promotor de Justiça, expressa no expediente nº PR.00034.00045/2010-2, o Dr. JOEL OLIVEIRA DUTRA, matrícula nº 14020319, no cargo de 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Santa Maria, de entrância final (Edital 188/2010).

- com base no artigo 4º da Lei nº 13.208/2009 e consoante manifestação do Promotor de Justiça, expressa no expediente nº PR.00034.00620/2009-4, o Dr. LEONARDO CHIM LOPES, matrícula nº 14957256, no cargo de 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Farroupilha, de entrância intermediária (Edital 189/2010).

- com base no artigo 4º da Lei nº 13.208/2009 e consoante manifestação do Promotor de Justiça, expressa no expediente PR.00034.00490/2009-2, o Dr. LEONARDO MENIN, matrícula nº 14963248, no cargo de 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Tramandaí, de entrância intermediária (Edital 191/2010).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.



EDITAL Nº 104/2010 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Três de Maio promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00916.00046/2001, em que investigado Márcio Luiz Kunrath.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 53/2010 – PGJ

Científico, na forma do art. 14 do Provimento nº 33/2008, que a Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça proferiu despacho autorizando o **AFASTAMENTO** dos seguintes Membros do Ministério Público:

- Dr. RODRIGO SCHOELLER DE MORAES, Promotor de Justiça, para, no dia 21 de junho de 2010, participar de reunião do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em Brasília/DF, sem prejuízo de suas funções normais (PR.00001.01734/2010-9).

- Dr. RODRIGO SCHOELLER DE MORAES, Promotor de Justiça, para, nos dias 24 e 25 de junho de 2010, participar de reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, em João Pessoa/PB, sem prejuízo de suas funções normais (PR.00001.01706/2010-2).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 311/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- JOSÉ LUIZ KENIGER GOPFERT, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 1409/10).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 07 de julho de 2010, o servidor LEANDRO AUGUSTO HIRSCH, matrícula nº 14962829, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 0958/10).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 17/06/2010, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", FERNANDA SEIBEL ARANHA, tendo entrado em exercício em 05/07/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO

PROCESSO Nº 2472-09.00/10-4

CONTRATADA: LIVRARIA SAGGIN LTDA.; **OBJETO:** fornecimento de cópias reprográficas à Promotoria de Justiça de Marau; **VALOR:** R\$ 0,09 p/cópia; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3934; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 24, II, Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

(01) Convite nº 27/2010 (Processo nº 003164-09.00/10-0)
Tipo menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a obra de cobertura do estacionamento da Promotoria de Justiça de São Sepé, situada na Rua Adail Moreira Cunha, 814, Centro, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 16/07/2010, às 14 horas.

(02) Convite nº 28/2010 (Processo nº 003201-09.00/10-0)
Tipo menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a obra de cobertura do estacionamento da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, situada na Rua José Mainardi, 49, Centro, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 16/07/2010, às 15h30min.

(03) Convite nº 29/2010 (Processo nº 003222-09.00/10-6)
Tipo menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, para a obra de adaptação do espaço locado para as Promotorias de Justiça de Cruz Alta, situado na Rua Procópio Gomes, 913, 1º andar, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 16/07/2010, às 17 (dezessete) horas.

(04) Convite nº 30/2010 (Processo nº 003221-09.00/10-3)
Tipo menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais, para a



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 476

obra de manutenção das fachadas e reforma da sala 1003, 10º andar, no prédio das Promotorias de Justiça Especializadas, situado na Rua Santana, 440, Bairro Santana, Porto Alegre, conforme Convite e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 16/07/2010, às 11(once) horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Editais:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

EDITAL Nº 241/2010

REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 242/2010

REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 243/2010

Resultado do Edital nº 239/2010 REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00616/2010-4, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 239/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 01/2010 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou as seguintes Portarias:

1) Inquérito Civil Público nº 01128.00001/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 07 de janeiro de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades no atendimento prestado aos usuários do Albergue Municipal, especialmente no que se refere a atividades de enfermagem no período diurno, que estariam sendo realizadas por monitores sem preparo profissional específico.

2) Inquérito Civil Público nº 01128.00002/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 07 de janeiro de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades no atendimento prestado aos usuários do Centro Regional Leste da FASC.

3) Inquérito Civil Público nº 01128.00161/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 11 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade averiguar a regularidade da análise do pedido de inscrição da Associação dos Portadores de Transtornos de Ansiedade, indeferido pelo Conselho Municipal de Assistência Social, no município de Porto Alegre.

4) Inquérito Civil Público nº 01128.00167/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 10 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade apurar suposta inexistência de acessibilidade de atendimento e informação aos portadores de deficiência auditiva, consumidores dos produtos Dove.



5) Inquérito Civil Público nº 01128.00003/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 08 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar possível irregularidade na não nomeação de professora aprovada em concurso público municipal, em razão de ter sido considerada inapta em inspeção de saúde, por estar acometida de neoplasia maligna grave.

6) Peças de Informação nº 01128.0062/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 04 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar supostas irregularidades na prestação de serviços funerários a pessoas indigentes no Município de Porto Alegre.

7) Peças de Informação nº 01128.0061/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 04 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar eventuais irregularidades no funcionamento de casa terapêutica supostamente localizada no bairro Vila Nova, no Município de Porto Alegre.

8) Inquérito Civil nº 01128.00066/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 11 de maio de 2010, tendo por finalidade identificar as instituições de longa permanência para idosos estabelecidos em Porto Alegre, para posterior fiscalização.

9) Peças de Informação nº 01128.0060/2010 – instauradas pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 02 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar a situação de moradores de rua, no que se refere à existência de vagas em albergues e abrigos municipais, bem como quanto a suposta atuação violenta e abusiva de policiais civis militares.

10) Inquérito Civil Público nº 01128.00071/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 23 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar eventuais irregularidades no atendimento preferencial aos idosos no Centro de Saúde Modelo, no Município de Porto Alegre.

11) Inquérito Civil Público nº 01128.00008/2010 - instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades ocorridas na Clínica RW Bem Viver Pensionato Ltda.

12) Peças de Informação nº 030/2010– instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 16 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar a regularidade na contratação de laboratórios de análises clínicas pela Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Porto Alegre.

13) Inquérito Civil Público nº 01128.00010/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 08 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade averiguar o atendimento das recomendações do DENASUS no que pertine à Assistência Farmacêutica no Município de Porto Alegre.

14) Inquérito Civil Público nº 01128.00011/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 08 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade averiguar o atendimento da recomendação do DENASUS no que pertine à utilização do PAB no Município de Porto Alegre.

15) Portaria Retificatória - Inquérito Civil Público nº 01128.00016/2009 – instaurada pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar as condições gerais de atendimento aos idosos da Clínica Geriátrica São Marcos, no Município de Porto Alegre.

16) Peças de Informação nº 01128.00063/2010 – instauradas pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 10 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar potencial dano difuso ou coletivo consistente em eventual afronta ao art. 23 do Estatuto do Idoso, em razão da limitação do desconto de 50% a idosos, na venda de ingressos para evento cultural promovido pela DC Set Promoções.

17) Inquérito Civil Público nº 01128.0102/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 04 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania pelo noticiado fato: risco de queda de árvore localizado na Rua Rio Branco, 120, Bairro Santa Tereza, no Município de Porto Alegre.

18) Inquérito Civil Público nº 01128.00120/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 04 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar a situação da Clínica Clandestina situada na rua Pitoresca, 315, Bairro Jardim Bento Gonçalves, no Município de Porto Alegre.

19) Inquérito Civil Público nº 01128.00122/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 04 de janeiro de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades no Residencial para idosos Vila Nova.

20) Inquérito Civil Público nº 01128.00123/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 18 de dezembro de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania pelo noticiado fato: cobrança de 'taxa fixa', independente do tamanho, para fornecimento de cópia de processos administrativos pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS.

21) Inquérito Civil Público nº 01128.00130/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 04 de janeiro de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades praticadas na Clínica Geriátrica Lar das Vovós.



22) Peças de Informação nº 01128.00004/2010 – instauradas pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania pelo noticiado fato: irregularidades no funcionamento do Abrigo Marlene, localizada na Av. Getúlio Vargas, 40, no Município de Porto Alegre.

23) Peças de Informação nº 01128.00005/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar potencial dano difuso ou coletivo consistente em monitoramento por câmeras de vídeo das ruas e espaços públicos da Capital e de todo o Rio Grande do Sul, e o cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento firmado nos Autos do Inquérito Civil Público nº 0087/2004.

24) Peças de Informação nº 01128.00006/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania pelo noticiado fato: irregularidades no funcionamento da Educação Social de Rua – Ação Rua, Praça XV de Novembro, 21, sala 802, no Município de Porto Alegre.

25) Peças de Informação nº 01128.00007/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo da cidadania pelo noticiado fato: irregularidades no funcionamento da Casa de Passagem, localizada na Rua Correia Lima, 1050, no Município de Porto Alegre.

26) Inquérito Civil Público nº 01128.00148/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar a não-disponibilização de médico anestesista pelo Ipê-Saúde - IPERGS.

27) Inquérito Civil Público nº 01128.00152/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades na concessão de medicamentos aos povos indígenas do Rio Grande do Sul.

28) Inquérito Civil Público nº 01128.00009/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 18 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar a demora na marcação de consultas especializadas aos usuários de municípios, sem gestão plena.

29) Peças de Informação nº 017/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, em 19 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade apurar o atendimento do Posto de Saúde IAPI.

30) Peças de Informação nº 01128.0016/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 11 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade apurar eventual lesão a direitos difusos e coletivos em razão de intolerância religiosa, ocorrida no dia 21 de janeiro de 2010, nas dependências da TV ULBRA, em razão da negativa de participação do Babalorixá Diba de Iyemonja, por questões religiosas, em Programa do apresentador Bibó Nunes.

31) Peças de Informação nº 018/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 19 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento dispensado a pacientes idosos na Unidade de saúde Comunitária - Conceição.

32) Peças de Informação nº 019/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 19 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento odontológico prestado pelo Centro de Saúde Santa Marta, no Município de Porto Alegre.

33) Peças de Informação nº 020/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 19 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade investigar as condições de atendimento da Unidade Básica de Saúde Ramos, no Município de Porto Alegre.

34) Peças de Informação nº 021/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 19 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento prestado no Posto de Saúde Beco dos Coqueiros, no Município de Porto Alegre.

35) Inquérito Civil Público nº 01128.00201/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christiane Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 30 de dezembro de 2009, tendo por finalidade apurar a representação enviada pelo Conselho Regional de Serviço Social dando conta de irregularidades na Unidade de Assistência Social – Casa de Convivência, no Município de Porto Alegre.

36) Inquérito Civil Público nº 01128.00202/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christiane Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 30 de dezembro de 2009, tendo por finalidade apurar representação enviada pelo Conselho Regional de Serviço Social dando conta de irregularidades na Unidade de Assistência Social – Módulo Centro, no Município de Porto Alegre.

37) Peças de Informação nº 01128.00200/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christiane Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, tendo por finalidade averiguar a representação firmada por Ianny Moraes de Souza, dando conta de possível inobservância da legislação de acessibilidade nos locais onde estão estabelecidos os templos religiosos Salão do Reino das Testemunhas de Jeová, no Município de Porto Alegre.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 476

38) Inquérito Civil Público nº 01128.00065/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Christiane Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 09 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar a falta de vagas destinadas a pessoas portadoras de deficiência, nos estacionamentos rotativos do Museu de Artes do Rio Grande do Sul – MARGS.

39) Peças de Informação nº 01128.00050/2010 – instauradas pela Promotora de Justiça Christiane Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 06 de maio de 2010, tendo por finalidade apurar representação encaminhada pela Associação Comunitária Santa Rita de Cássia noticiando problemas cotidianos, enfrentados pelos cidadãos devido à falta de assistência do Governo Municipal.

40) Inquérito Civil nº 01128.00064/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Christiane Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 09 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar possível falta de acessibilidade arquitetônica/urbanística no Curso Pré-Vestibular Decisão, principalmente nos banheiros de uso coletivo, em razão de declarações prestadas por C. B, no Município de Porto Alegre.

41) Inquérito Civil nº 01128.00070/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Christiane Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar eventual dano ou risco de dano às pessoas com deficiência visual e demais pedestres que circulam no perímetro Central de Porto Alegre, especialmente o abrangido pelas Ruas Borges de Medeiros, Avenida Senador Salgado Filho, José Montaury e Marechal Floriano Peixoto, representação encaminhada por M. M. C. F.

42) Portaria nº 01/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 01/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do art. 10, parágrafo único, do Provimento nº 26/2008 (**Inquérito Civil nº 01/2009 – SGP nº 01217.00001/2009**), bem como seu objeto, qual seja, investigar acerca do andamento do projeto “Pintando a Liberdade”.

43) Portaria nº 02/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 03/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único, do Provimento nº 26/2008 (**Inquérito Civil nº 03/2009 – SGP nº 01217.00003/2009**), bem como seu objeto, qual seja, investigar acerca do atraso e/ou da não apresentação dos presos nas audiências judiciais pela SUSEPE.

44) Portaria nº 03/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 02/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008 (**Inquérito Civil nº 02/2009 – SGP nº 01217.00002/2009**), bem como seu objeto, qual seja, investigar a existência de recursos humanos e materiais para viabilizar o cumprimento da pena de Medida Educativa de Comparecimento a Programa ou Curso Educativo, prevista no Inciso III, art. 28, da Lei nº 11.343/2006, ao dependente químico ou usuário de substância entorpecente.

45) Portaria nº 04/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 04/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008 (**Inquérito Civil nº 04/2009 – SGP nº 01217.00004/2009**), bem como seu objeto, qual seja, investigar acerca da existência de irregularidades nas condições de trabalho e segurança dos trabalhadores que realizam a faxina e coleta do lixo no Presídio Central de Porto Alegre.

46) Portaria nº 05/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 05/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008 (**Inquérito Civil nº 05/2009 – SGP nº 01217.00005/2009**), bem como seu objeto, qual seja, investigar acerca da existência de irregularidades na distribuição e redução do número de fichas para visitas aos presos que estão no Presídio Central de Porto Alegre.

47) Portaria nº 07/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 22 de janeiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 07/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008, (**Inquérito Civil nº 07/2009 – SGP nº 01217.00007/2009**), bem como seu objeto, qual seja, investigar a respeito da atenção que é dada ao atendimento psicológico aos condenados por crimes de abusos sexuais e exploração sexual, praticados contra criança ou adolescente.

48) Peça de Informação nº 01/2010 – instaurada pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 08 de março de 2010, tendo por finalidade investigar acerca das condições de saúde e higiene do local em que se encontram os apenados no Hospital Vila Nova, bem como as causas para o extenso número de mortes entre os mesmos.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 476

49) Portaria nº 08/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Mariangela Renner Bossle, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 08 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 08/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008, (**Inquérito Civil nº 08/2009 – SGP nº 01217.00008/2009**), bem como seu objeto, qual seja, investigar acerca da existência de superfaturamento de valores dos alimentos destinados aos presídios vinculados à Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre.

50) Portaria nº 09/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Mariangela Renner Bossle, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 08 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 09/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008, (**Inquérito Civil nº 09/2009 – SGP nº 01217.00009/2009**), bem como seu objeto, qual seja implantar o Projeto Alquimia no Sistema Prisional sob a jurisdição da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre.

51) Portaria nº 10/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Mariangela Renner Bossle, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 05 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 10/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008, (**Inquérito Civil nº 10/2009 – SGP nº 01217.00010/2009**), bem como seu objeto, qual seja investigar acerca das vezes que os presos das casas prisionais sob a jurisdição da Vara de Execução Criminal de Porto Alegre deixaram de ser encaminhados para consultas, exames, médicos, internações, atendimentos (físicos, psicológicos e odontológicos) por falta de vale-transporte e/ou efetivo.

52) Portaria nº 11/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Mariangela Renner Bossle, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 05 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 11/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008, (**Inquérito Civil nº 11/2009 – SGP nº 01217.00011/2009**), bem como seu objeto, qual seja investigar acerca de possível desvio de produtos alimentícios destinados aos apenados das casas prisionais sob a jurisdição da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre.

53) Portaria nº 13/2009-A – emitida pela Promotora de Justiça Mariangela Renner Bossle, da Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 08 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade determinar a conversão da Peça de Informação nº 13/2009 em Inquérito Civil, mantendo-se a numeração, nos termos do artigo 10, parágrafo único do Provimento nº 26/2008, (**Inquérito Civil nº 13/2009 – SGP nº 01217.00013/2009**), bem como seu objeto, qual seja investigar acerca da lesão aos direitos dos apenados que deveriam estar em casa prisional do regime semiaberto e que permanecem em estabelecimento destinado ao regime fechado.

54) Inquérito Civil Público nº 00865.0001/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando Chequim Barros, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 07 de janeiro de 2010, tendo por finalidade averiguar a existência de acessibilidade à PNEs em cumprimento de pena no Presídio Regional de Santa Maria.

55) Inquérito Civil Público nº 00865.00002/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Fernando Chequim Barros, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 22 de janeiro de 2010, tendo por finalidade investigar o Transporte intermunicipal gratuito de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNEs) no Município de Santa Maria.

56) Inquérito Civil Público nº 00915.00021/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, em 18 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade apurar a implantação dos Conselhos Municipais dos Direitos dos Idosos, nos Municípios de Imbé, Cidreira e Tramandaí.

57) Inquérito Civil Público nº 00915.00023/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Menin, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, em 19 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades nas condições sanitárias no Posto de Emergência 24 Horas, no Município de Tramandaí.

58) Inquérito Civil Público nº 00929.00011/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 13 de janeiro de 2010, tendo por finalidade apurar quais as medidas a serem adotadas no Município de Fagundes Varela, de acordo com o Memo Circular CAO/DH-001/09, que orienta a condutas voltadas a incentivar ações tendentes a melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais.

59) Inquérito Civil Público nº 00929.00013/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, em 13 de janeiro de 2010, tendo por finalidade apurar quais as medidas a serem adotadas no Município de Vila Flores, de acordo com o Memo Circular CAO/DH-001/09, que orienta a condutas voltadas a incentivar ações tendentes a melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de necessidades especiais.

60) Inquérito Civil Público nº 01127.00004/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, em 05 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade verificar a possibilidade de plantão da Defensoria Pública Estadual no Município de Cachoeirinha.

61) Inquérito Civil Público nº 00748.00377/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 28 de dezembro de 2009, tendo por finalidade apurar as condições dos idosos em situação de risco social, em razão de permanência com dependentes químicos, na Igreja da Glória – Celeiro de Cristo, no Município de Caxias do Sul.

62) Inquérito Civil Público nº 00748.00378/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 28 de dezembro de 2009, tendo por finalidade investigar negligência nos cuidados por parte de familiares com P. R. M, pessoa portadora de necessidades especiais e sofrimento psíquico, no Município de Caxias do Sul.



63) Inquérito Civil Público nº 00801.00011/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, em 1º de março de 2010, tendo por finalidade apurar eventual deficiência na prestação de serviços de esterilização para população feminina, no Município de Lagoa Vermelha.

64) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 17/10 – pela Promotora de Justiça Vanessa da Silva, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, em 07 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar a venda de medicamentos em supermercados do Município de Sagrada Família, sem o devido acompanhamento por profissional habilitado.

65) Inquérito Civil Público nº 00818.00008/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa da Silva, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, em 24 de fevereiro de 2010, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades sanitárias na prestação do serviço de saúde, conforme relatórios de fiscalização enviados pelo Conselho Regional de Enfermagem – RS, no Município de Palmeira das Missões.

66) Inquérito Civil Público nº 00881.00006/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, em 15 de abril de 2010, tendo por finalidade investigar a questão do transporte e acessibilidade de portadores de necessidades especiais (cadeirantes) nos ônibus municipais de São Francisco de Assis.

67) Inquérito Civil Público nº 00792.00009/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, em 31 de maio de 2010, tendo por finalidade apurar se os Municípios de Ibirubá e Quinze de Novembro estão cumprindo o disposto na Lei 8142/90, sobre a participação comunitária na gestão do SUS.

68) Inquérito Civil Público nº 00916.00011/2006 – instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Melo de Souza, da Promotoria de Justiça de Três de Maio, em 31 de maio de 2010, tendo por finalidade investigar potencial dano difuso ou coletivo dos direitos humanos relativos à segurança interna e externa em Postos de Saúde localizados no Município de Porto Alegre.

69) Peças de Informação nº 00853.00010/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, em 18 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar as limitações impostas pelo Supermercado Big ao acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais, no Município de Rio Grande.

70) Inquérito Civil Público nº 00818.00017/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa da Silva, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, em 07 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar a venda de medicamentos em supermercados do Município de Sagrada Família, sem o devido acompanhamento por profissional habilitado.

71) Inquérito Civil Público nº 00790.00005/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, da Promotoria de Justiça de Herval, em 17 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na estruturação e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, no Município de Herval.

72) Inquérito Civil Público nº 00870.00016/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, em 14 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar a estimular a criação de Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência, pelos Municípios de Chuí e Santa Vitória do Palmar.

73) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 07/10 – pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 15 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar a prática de maus-tratos contra os idosos, por meio de agressões verbais, em transporte coletivo, fato que envolve a Empresa Feitoria, no Município de São Leopoldo.

74) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 08/10 – pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 15 de junho de 2010, tendo por finalidade de implementar acessibilidade para anões nos banheiros do curso de Direito da Unisinos, fato que envolve a Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

75) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 09/10 – pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 15 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar se há irregularidades na legislação e na composição do Conselho Municipal de Saúde, fato que envolve a Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

76) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 10/10 – pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 16 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar as causas das mortes infantis no Município de São Leopoldo, fato que envolve a Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

77) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 11/10 – pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 16 de junho de 2010, tendo por finalidade verificar se o Município de São Leopoldo desenvolve plenamente seu mister no combate da Dengue, conforme preconiza o PNCD, fato que envolve a Prefeitura Municipal de São Leopoldo.

78) Inquérito Civil Público nº 00931.00020/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Moretto, da Promotoria de Justiça de Viamão, em 13 de maio de 2010, tendo por finalidade apurar potencial dano difuso aos direitos das mulheres viamonenses decorrente da inexistência de casa-abrigo municipal ou pelo Município de Viamão conveniada para acolhimento de mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar (arts. 3º, I, 11, III, 23, I, e 35, II, todos da Lei nº 11.340/2006).

79) Inquérito Civil nº 00931.00006/2010 – Portaria de Retificação – editada pela Promotora de Justiça Luciane Feiten Wingert, da Promotoria de Justiça de Viamão, em 05 de abril de 2010, tendo por finalidade retificar a Portaria que instaurou o presente inquérito civil com o fim de acrescentar ao objeto investigativo os seguintes medicamentos controlados: Ácido Valpróico xpe, Carbonato de Lítio 300 mg, Clorpromazina gts (Amplictil), Fenitoína 100mg, Fenobarbital 100 mg (Gardenal), Fenobarbital gts, Haloperidol 5 mg (Haldol), Haloperidol gts e Imipramina 25 mg (Tofranil).



80) Inquérito Civil Público nº 00931.00014/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Luciane Feiten Wingert, da Promotoria de Justiça de Viamão, em 05 de abril de 2010, tendo por finalidade fiscalizar o cumprimento, no Município de Viamão, das obrigações pactuadas em Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a FEBRABAN, o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, a cujos termos aderiu o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem assim, para verificar se dado tratamento diferenciado, quando do ingresso nas agências do BANRISUL, às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e àquelas em situações especiais (portadoras de marcapasso e de próteses metálicas), em face da impossibilidade de acesso pela porta giratória.

81) Inquérito Civil nº 00715.00010/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Prediger, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio, em 08 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar eventual cobrança irregular por atendimento pelo SUS à F.M de V. B.

82) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 12/10 – instaurada pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 23 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar a denúncia sobre a existência de canil em condições inapropriadas aos animais na Rua Emílio Becker, 240, Bairro Santo André, no Município de São Leopoldo.

83) Inquérito Civil Público nº 00823.00007/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, em 20 de abril de 2010, tendo por finalidade verificar a acessibilidade proporcionada aos deficientes visuais e auditivos pelas agências do Banrisul em Pedro Osório e Cerrito.

84) Inquérito Civil Público nº 01220.00003/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, em 10 de maio de 2010, tendo por finalidade investigar as Instituições de Longa Permanência para Idosos do Município de Cachoeirinha.

85) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 008/10 – pelo Promotor de Justiça Michael Schneider Flach, da Promotoria de Justiça de Igrejinha, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades no atendimento médico do Hospital Bom Pastor, no Município de Igrejinha.

86) Inquérito Civil Público nº 00784.00003/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 15 de março de 2010, tendo por finalidade investigar a existência de comunidade terapêutica sem licença para funcionamento - Comunidade Terapêutica Grupo de Grandes Amigos em Cristo, situada na Rua Cinco Recanto do Ipiranga, 1103, Bairro Passo do Adão, no Município de Gravataí.

87) Inquérito Civil Público nº 00784.00004/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 13 de abril de 2010, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades nas USF Santa Cecília, Barro Vermelho, Granville e Nova Conquista, no Município de Gravataí.

88) Inquérito Civil nº 00784.00002/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 12 de março de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades – ausência de alvará sanitário e inadequação às exigências legais na Casa Asilar Vó Olíria, localizada na Rua Aldroaldo Leão, 78, Bairro Morada do Vale, no Município de Gravataí.

89) Inquérito Civil Público nº 00784.00005/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na UBS – Unidade Básica de Saúde Vera Cruz, no Município de Gravataí.

90) Inquérito Civil nº 00784.00006/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na UBS – Unidade Básica de Saúde São Judas Tadeu, no Município de Gravataí.

91) Inquérito Civil nº 00784.00007/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na UBS – Unidade Básica de Saúde COHAB C, no Município de Gravataí.

92) Inquérito Civil nº 00784.00008/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na UBS – Unidade Básica de Saúde COHAB A, no Município de Gravataí.

93) Inquérito Civil Público nº 00784.00009/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades na UBS – Unidade Básica de Saúde Centro, no Município de Gravataí.

94) Inquérito Civil nº 00784.00010/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades na UBS – Unidade Básica de Saúde Vila Branca, no Município de Gravataí.

95) Inquérito Civil Público nº 00784.00011/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na UBS – Unidade Básica de Saúde São Geraldo, no Município de Gravataí.

96) Inquérito Civil Público nº 00784.00012/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na UBS – Unidade Básica de Saúde Águas Claras, no Município de Gravataí.

97) Inquérito Civil nº 00784.00013/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na USF – Unidade de Saúde da Família Érico Veríssimo, no Município de Gravataí.



98) Inquérito Civil nº 00784.00014/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na USF – Unidade de Saúde da Família Costa do Ipiranga, no Município de Gravataí.

99) Inquérito Civil nº 00784.00015/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na USF – Unidade de Saúde da Família Morungava, no Município de Gravataí.

100) Inquérito Civil nº 00784.00016/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 03 de maio de 2010, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na USF – Unidade de Saúde da Família Aristide D'ávila, no Município de Gravataí.

101) Inquérito Civil Público nº 00784.00019/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 02 de junho de 2010, a fim de dar publicidade à lista de pacientes que aguardam consultas, exames e procedimentos, em especialidades, pelo SUS, no Município de Gravataí.

102) Inquérito Civil Público nº 00784.00001/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 11 de março de 2010, tendo por finalidade apurar irregularidades – ausência de alvará sanitário e inadequação às exigências legais na Casa Asilar Casa dos Milagres Vovô Pedro.

103) Inquérito Civil Público nº 00784.00001/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 11 de março de 2010, tendo por finalidade apurar irregularidades – ausência de alvará sanitário e inadequação às exigências legais na Casa Asilar Casa dos Milagres Vovô Pedro.

104) Inquérito Civil Público nº 00760.00002/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Encantado, em 21 de maio de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis crimes e atos de improbidade administrativa, consistentes em desvio de recursos da Associação Beneficente Roque Gonzales.

105) Inquérito Civil Público nº 00742.00005/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Amélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça de Carazinho, em 24 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades na prestação dos serviços de saúde pública aos usuários do SUS no Município de Almirante Tamandaré do Sul, especialmente eventuais cobranças pelos serviços prestados.

106) Inquérito Civil Público nº 012/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Camile Balzano de Mattos, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, em 21 de maio de 2010, tendo por finalidade investigar a implementação do ensino de história e cultura afrobrasileira nas escolas de Pedro Osório e Cerrito, RS.

107) Inquérito Civil Público nº 00873.00006/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalet, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 01 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar descumprimento da legislação de implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino, no município de Santo Ângelo.

108) Inquérito Civil Público nº 00873.00007/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça, Hélder Müller Estivalet da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 02 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar descumprimento da legislação de implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino, no município de Vitória das Missões.

109) Inquérito Civil Público nº 00873.00008/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça, Hélder Müller Estivalet da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 02 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar descumprimento da legislação de implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino, no município de Eugênio de Castro.

110) Inquérito Civil Público nº 00873.00009/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalet da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 02 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar descumprimento da legislação de implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino, no município de Entre-Ijuís.

111) Inquérito Civil Público nº 00873.00010/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalet da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 02 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar descumprimento da legislação de implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino, no município de São Miguel das Missões.

112) Inquérito Civil Público nº 06/2010 – instaurado pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, em 25 de junho de 2010, tendo por finalidade estipular as condições em que deverá ser efetuado o cumprimento de determinação judicial de internações compulsórias.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de julho de 2010.

FRANCESCO CONTI,

Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 476

BOLETIM 49/2010

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

- 1) **Inquérito Civil, nº 00815.00024/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Gislaine Rossi Luckmann, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no processo licitatório, em município.
- 2) **Inquérito Civil, nº 019/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Sobradinho, com a finalidade de apurar possível formação de loteamento irregular e clandestino, em município.
- 3) **Inquérito Civil, nº 23/10**, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar eventual irregularidade em Processo Seletivo de município, que possa, em tese, configurar improbidade administrativa.
- 4) **Inquérito Civil, nº 006/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de apurar possíveis casos de nepotismo, em município.
- 5) **Inquérito Civil, nº 007/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de apurar possível desvio de função envolvendo o trabalho de servente em escola de município.
- 6) **Inquérito Civil, nº 003/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em compras realizadas por Prefeitura de Município junto à Secretária.
- 7) **Inquérito Civil, nº 004/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na contratação de serviços pela Prefeitura de Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2010.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAIS

FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, parágrafo 2º, combinado com o artigo 62 da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento nº 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontra(m) vago(s) o(s) cargo(s) abaixo elencado(s), na forma de provimento e critério relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
244/2010	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional da Restinga da Comarca de Porto Alegre , de entrância final.
245/2010	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Canoas , de entrância intermediária (Atribuições: Portaria 1326/2010 – DEMP 30/06/2010)
246/2010	Remoção	Antigüidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de São José do Ouro , de entrância inicial.
247/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de São Vicente do Sul , de entrância inicial.
248/2010	Remoção	Antigüidade	Promotor De Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul , de entrância inicial.
249/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Lavras do Sul , de entrância inicial.

Os interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, parágrafo 1º do Provimento nº 33/2008.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2010.

SÔNIA ELIANA RADIN,

Promotora-Assessora.